



RAO, RICCARDO (DIR.). *LES GRANDS OFFICIERS DANS LES TERRITOIRES ANGEVINS - I GRANDI UFFICIALI NEI TERRITORI ANGIOINI*. ROMA: EFR, 2016.

RESENHA DE LIVRO

ANDREI MARCELO DA ROSA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Os diversos territórios heterogêneos que foram dominados pelos angevinos entre os séculos XIII e XIV na Europa têm sido estudados de novas formas nas últimas décadas pelos pesquisadores da Idade Média¹. É isso que afirma Riccardo Rao na introdução do livro *Les Grands Officiers dans les territoires angevins - I Grandi Ufficiali nei territori angioini*. Trata-se de uma coletânea, organizada por Rao em 2016, com contribuições de diversos historiadores sobre a organização administrativa dos domínios angevinos a partir do estudo dos chamados “grandes oficiais”. Estes funcionários atuaram no Reino de Sicília-Nápoles, norte da Itália, condados de Anjou, Maine, Provença e Forcalquier, Ducado de Durazzo, Reino da Hungria, Principado de Tarento e Principado da Moreia.

O livro é um dos resultados do projeto ANR EUROPANGE, uma associação entre diferentes universidades e instituições da França, da Itália e da Hungria². Os participantes da coletânea, que escreveram 15 textos para o livro, são associados a algum desses centros de pesquisa. Antes dos

¹ RAO, Riccardo. “Introduzione. I grandi ufficiali nei territori angioini: dal bilancio storiografico alle prospettive di ricerca”. In: RAO, Riccardo (dir.). *Les grands officiers dans les territoires angevins - I grandi ufficiali nei territori angioini*. Roma: EFR, 2016, não paginado.

² É possível visualizar a página do projeto, bem como o banco de dados construído entre 2014 e 2018, neste link: ANR EUROPANGE. Disponível em: <https://angevine-europe.huma-num.fr/ea/en/europange-presentation>. Acesso em 20 de junho de 2023. Participam do projeto: a Universidade de Saint Étienne, Escola Francesa de Roma, Universidade da Campania Luigi Vanvitelli, Universidade de Bérgamo, Universidade de Salerno, Centro de Pesquisa em Humanidades da Academia de Ciências Húngara, Universidade de Moncton, Universidade de Angers, Universidade de Aix-Marseille, Universidade de Lîmes e, finalmente, o Instituto Nacional de Ciências Aplicadas de Lyon.

capítulos, somos apresentados ao projeto e à base de dados, bem como ao ímpeto da escrita desta coletânea, em três textos introdutórios. Em seguida, Serena Morelli escreve um capítulo realizando um balanço historiográfico sobre a questão dos grandes oficiais do Reino de Sicília-Nápoles. Depois, Rosanna Lamboglia reflete sobre o cargo de grande almirante no Reino. Andreas Kiesewetter introduz a questão da periferia angevina, tratando do Principado de Tarento e o ducado de Durazzo. Thierry Pécout trata sobre os senescais de Provença e Forcalquier entre 1246 e 1343. Jean-Luc Bonnaud, utilizando o mesmo recorte geográfico, trabalha com os juízes maiores. Isabelle Mathieu leva a reflexão sobre os grandes oficiais para Anjou e Maine. Então, Riccardo Rao trabalha com os senescais e outros grandes oficiais no norte da Itália. Gabriele Taddei localiza sua reflexão também na Itália, mas na região da Toscana. Bem como Paolo Grillo, porém focado na atuação dos grandes oficiais em guerras durante o reinado de Roberto (1309 – 1343). Já Isabelle Ortega desloca suas análises sobre os grandes oficiais para o território do Principado da Moreia, na Grécia. Enikő Csukovits reflete o Reino da Hungria. Por fim, coube a Jean-Paul Boyer realizar um balanço de todas as contribuições aqui citadas, na conclusão do livro.

No quadro das atividades do projeto eles desenvolveram, entre 2014 e 2018, um banco de dados prosopográfico para o estudo da construção política da dinastia angevina nos territórios dominados por ela, através da atuação dos grandes oficiais na administração. É através da análise desses dados que a obra aqui resenhada se desenvolve. Localizando o ímpeto de realização dessa empreitada em uma longa tradição de estudos sobre os angevinos pela Escola Francesa de Roma, os autores e autoras argumentam, nos dois textos iniciais, que estudar essa organização administrativa às vezes integrada, às vezes conflitante, permite refletir sobre um processo de reorganização que não apenas os domínios angevinos vivenciaram, mas também outras organizações políticas europeias, ainda que em níveis diferentes. Na palavra dos autores:

Gostaríamos de nos debruçar, em particular, sobre um tipo específico de construção política que nos parece ser um excelente observatório destes processos: aquela que se desenvolve à escala regional, ultrapassando qualquer possível unidade cultural e linguística, e que coloca novos desafios ao soberano e aos seus agentes em termos de administração das pessoas e das coisas. Estas construções político-institucionais espacialmente dissociadas, que não são redutíveis nem a impérios (porque assentes na afirmação da noção de soberania), nem a processos de colonização (que imporiam

o modelo de um centro e de uma periferia), nem a simples uniões pessoais, não resultaram, de facto, num legado duradouro em termos de Estados-nação surgidos na época moderna e contemporânea.³

Refletir, então, sobre uma construção político-institucional específica daquele contexto, diferente dos estados modernos e contemporâneos, mas também diferente do senso comum sobre o período, dominado pelas relações feudais. Ao basear essa reflexão no tratamento de dados informatizado, o projeto encontra sua potência pois, além de fortalecer a própria argumentação ao tratar uma quantidade enorme de dados - o sistema conta com informações sobre 8357 oficiais - mostra as possibilidades de trabalhos da área de história em conjunto com a informática.

Falou-se muito em “grandes oficiais” então, antes de seguir adiante, é importante delimitar de que maneira a obra entende este conceito. Em diversos capítulos, como os de Riccardo Rao e Serena Morelli, debate-se sobre as diferentes maneiras que esse termo foi empregado durante o período analisado, mas também pela historiografia que o analisa. Serena Morelli afirma que os grandes oficiais são cargos de alta responsabilidade, tendo por objetivo básico garantir o funcionamento administrativo dos territórios. Para o Reino de Sicília-Nápoles, segundo a historiografia tradicional, os grandes oficiais são: grande juiz, senescal, condestável, protonotário, logoteta, grande camareiro, grande almirante e grande chanceler⁴.

Esses cargos são trabalhados tradicionalmente como categorias imutáveis, dotados da mesma importância e função praticamente por todo o período de dominação angevina. Entretanto, em cada um dos capítulos, percebe-se como tanto as atribuições quanto o prestígio de cada cargo se modificam não apenas no tempo, mas também em cada um dos locais de presença angevina. Nesse sentido, enquanto o senescal da Provença acumulava diversas prerrogativas e era a instância suprema na ausência do soberano⁵, seu contraparte do Piemonte e na Lombardia estava em uma posição muito mais instável, combinando com a própria fraca inserção angevina nessas localidades⁶. Sendo assim, a coletânea contribui com o campo de estudo dos angevinos, bem como das organizações políticas

³ PÉCOUT, Thierry; BONNAUD, Jean-Luc; CSUKOVITS, Enikő; MATHIEU, Isabelle; MORELLI, Serena Morelli; RAO, Riccardo. “Europange: les processus de rassemblements politiques. L'exemple de l'Europe angevine (XIIIe-XVe siècle)”. In: RAO, Riccardo (dir.). *Les grands officiers dans les territoires angevins - I grandi ufficiali nei territori angioini*. Roma: EFR, 2016, não paginado. Tradução do autor.

⁴ MORELLI, Serena. “« Il furioso contagio delle genealogie ». Spunti di storia politica e amministrativa per lo studio dei grandi ufficiali del regno”. In: op. cit., não paginado.

⁵ PÉCOUT, Thierry. “La construction d'un office. Le sénéchalat des comtés de Provence et Forcalquier entre 1246 et 1343”. In: RAO, Riccardo (dir.). *Les grands officiers dans les territoires angevins - I grandi ufficiali nei territori angioini*. Roma: EFR, 2016, não paginado.

⁶ RAO, Riccardo. “I siniscalchi e i grandi ufficiali angioini di Piemonte e Lombardia”. In: op. cit., não paginado.

nos séculos XIII e XIV, ao complexificar a forma como aqueles cargos, também políticos, eram compreendidos e apropriados por quem os detinha ou possuía o poder de investi-los a alguém.

No sentido do que foi apontado, Andreas Kiese Wetter afirma que “foi sempre a pessoa que conferiu prestígio ao cargo, e não o contrário”⁷. O leitor é convidado, então, a refletir sobre a inserção dos grandes oficiais na administração política sem recair em essencialismos. Enquanto em determinado contexto um cargo como o de grande almirante pode possuir prestígio, porém não de forma imutável no espaço e no tempo, em outros ele se transforma apenas em um cargo honorífico sem grandes poderes.

A inserção angevina não se deu apenas no sul da Itália e na Provença, e a coletânea deixa isso evidente já na introdução dos trabalhos. Enquanto as produções historiográficas sobre a dinastia tendem a concentrar a análise no Reino de Sicília-Nápoles e no condado da Provença, uma vasta gama de territórios é escanteada. Há uma explicação simples para essa preferência: maior volume documental. Mesmo com o incêndio nos arquivos da Chancelaria Angevina em 1943, ato final de uma série de tragédias que foram paulatinamente reduzindo a quantidade de fontes sobre o domínio angevino no Reino no passar dos séculos, a experiência administrativa dos Angevinos ainda é uma das mais documentadas, junto com os arquivos dos condes da Provença. Portanto, a construção do banco de dados EUROPANGE se fortalece ainda mais como uma empreitada histórica de armazenamento e tratamento de fontes, visto que não privilegia apenas essas experiências com maior número de fontes, mas também a chamada “periferia angevina”.

É na análise dessa “periferia” que o livro encontra outro de seus pontos fortes. Ao comparar as experiências administrativas de tais localidades com as fontes napolitanas e provençais, é possível compreender com maior facilidade as evidências do que os contribuintes chamam de uma experiência política em vias de complexificação, porém não imutável e também não necessariamente estável. Isabelle Ortega mostra como no Principado da Moreia, entre os séculos XIII e XIV, a nobreza local parecia estar em uma posição de cooperação com os governantes angevinos⁸, enquanto Riccardo Rao mostra que no norte da Itália a questão era muito mais delicada, em que esses governantes se encontravam no meio de disputas entre as grandes famílias locais⁹.

⁷ KIESEWETTER, Andreas. “I grandi ufficiali e le periferie del regno. I dirigenti della cancelleria dei principi di Taranto e dei duchi di Durazzo (ca. 1305-1380)”. In: op. cit., não paginado.

⁸ ORTEGA, Isabelle. “Les officiers angevins au regard des nobles moréotes (XIIIe-XIVe siècles)”. In: RAO, Riccardo (dir.). *Les grands officiers dans les territoires angevins - I grandi ufficiali nei territori angioini*. Roma: EFR, 2016, não paginado.

⁹ RAO, Riccardo. “I siniscalchi e i grandi ufficiali angioini di Piemonte e Lombardia”. In: op. cit., não paginado.

Destaca-se também o trabalho de Andreas Kiesewetter sobre o Principado de Tarento e o ducado de Durazzo¹⁰. O historiador evidencia que os governantes de tais localidades - o príncipe de Tarento e o duque de Durazzo - costumavam residir na capital angevina de Nápoles, visitando seus domínios poucas vezes. Isso desenvolveu uma espécie de “napolitização” da administração desses locais, em que a maior parte dos oficiais recrutados para administrar o principado e o ducado eram originários de Nápoles. Além disso, o Principado de Tarento se desenvolveu, principalmente, a partir da administração de Filipe II (1364–1373), como praticamente um “estado dentro de um estado”, já que, apesar de subordinado ao Reino de Sicília-Nápoles, visto que estava dentro do mesmo, foi se tornando aos poucos uma administração quase que independente. O mesmo não ocorre com Durazzo, mostrando novamente a importância de uma análise contextual e comparada das localidades angevinas.

Apesar de inúmeras diferenciações, para além das apontadas até o momento, Jean-Paul Boyer aponta, já na conclusão da obra, um movimento semelhante nessa reorganização dos territórios: a busca por uma administração que dê conta de governar os territórios mesmo na ausência do soberano, centralizada na definição da atuação dos diferentes grandes oficiais¹¹. Mesmo localidades separadas *de jure* do reino de Sicília-Nápoles, como o Reino da Hungria, apontam para uma lógica semelhante. Outros territórios, como os condados de Anjou, Maine, Provença e Forcalquier, apesar de responderem a outras entidades políticas maiores, como o Império Germânico ou o Reino da França, sofreram inúmeras influências desse movimento, visto que seus governantes tendiam a ser os próprios reis de Sicília-Nápoles. É crucial considerar, e a obra explicita isso muito bem, que apesar dessa tendência semelhante, os graus de implementação e sucesso dessa empreitada variou consideravelmente de um local para o outro, produzindo assim essas diferenças regionais.

A obra *Les Grands Officiers dans les territoires angevins - I Grandi Ufficiali nei territori angioini* aponta, então, para um futuro dos estudos sobre a dominação angevina. Enquanto centrada num encontro entre a história e a informática, permite novas possibilidades de análise não apenas para este assunto, mas para os trabalhos de história como um todo. Para os angevinos, permite um acesso centralizado de fontes antes de difícil acesso não apenas pela escassez, mas pelo grande espaçamento geográfico. A forma como a análise dos temas tratados na coletânea se deu permite visualizar a potência de um trabalho em conjunto entre estudiosos e estudiosas de todas as partes dessa expansão angevina iniciada no sul da França e que chegou, no seu auge, ao sul da Grécia. Esse

¹⁰ KIESEWETTER, Andreas. “I grandi ufficiali e le periferie del regno. I dirigenti della cancelleria dei principi di Taranto e dei duchi di Durazzo (ca. 1305-1380)”. In: op. cit., não paginado.

¹¹ BOYER, Jean-Paul. “Conclusions. Définir une haute administration au Moyen Âge tardif”. In: op. cit., não paginado.

movimento ao leste influenciou novas formas de organização administrativa não apenas nos territórios em si, mas, como a obra conclui, na Europa como um todo.

Esse trabalho combinado entre áreas, apesar de importante para o encadeamento dos capítulos e para as próprias considerações finais do projeto, não aparece o suficiente no decorrer da obra, ficando restrito aos dois primeiros capítulos já mencionados. Isso deixa a sensação para o leitor de que o sistema é apenas um efeito colateral do projeto, e não uma ferramenta crucial para o seu desenvolvimento. Assim, seria de grande valor enriquecedor para o livro se, durante o tratamento dos dados específicos de cada assunto tratado, o historiador ou historiadora responsável por ele explicitasse de que forma o sistema EUROPANGE se relaciona com o que está sendo explicado. De tal maneira, permitiria uma aproximação ainda maior entre a história e a informática, em um contexto em que essas áreas cada vez mais têm superado a visão, outrora muito comum, de que seriam irreconciliáveis.